

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
-------------------------	-----------

## 1

<b>EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....</b>	<b>47</b>
--	-----------

1.1	Nos EUA .....	48
1.2	Na Europa.....	54
1.3	No Brasil .....	63
1.3.1	Doutrina.....	65
1.3.2	Legislação.....	68
1.3.3	A proteção de dados pessoais como um direito fundamental .....	75
1.4	Proteção de Dados Pessoais e Persecução Penal: Cenário Normativo Atual.....	77
1.4.1	A Diretiva (UE) 2016/680 .....	77
1.4.2	A Convenção de Budapeste.....	78
1.4.3	O <i>CLOUD Act</i> .....	83
1.5	Acórdãos Paradigmáticos do TJ/UE em Tema de Proteção de Dados Pessoais e Persecução Penal.....	85

## 2

<b>TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, GARANTISMO E PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL .....</b>	<b>97</b>
--	-----------

2.1	Investigação Criminal e Processo Penal.....	99
2.1.1	Cibercrimes.....	103
2.1.2	Garantismo processual penal e obrigações processuais positivas .....	115
2.1.3	Eficiência e processo penal.....	136
2.1.4	Eficiência e autodeterminação informativa.....	146
2.1.5	Reserva legal .....	151
2.2	A LGPD: Fundamentos, Princípios e Direitos dos Titulares de Dados Pessoais.....	154

2.2.1	Bases legais e o tratamento de dados pessoais pelo Estado .....	158
2.2.2	A LGPD e sua aplicação à persecução penal.....	161
2.3	Proteção de Dados e Persecução Penal na Jurisprudência do STF.....	172
2.3.1	RE nº 1.055.941/SP (Tema 990 de Repercussão Geral): compartilhamento de dados pela Receita Federal e pela Unidade de Inteligência Financeira (COAF/UIF).....	174
2.3.2	ADIs nº 2390, 2386, 2397 e 2859: “quebra” de sigilo bancário por autoridades fiscais.....	184
2.3.3	ADIs nº 6387, 6388, 6389, 6390 e 6393: compartilhamento de dados por empresas de telefonia com o IBGE no contexto da pandemia do covid-19.....	188
2.3.4	ADI nº 5642: fornecimento de dados cadastrais e de localização por operadoras de telefonia celular em investigações criminais.....	192
2.3.5	ADC nº 51: cooperação internacional, empresas de tecnologia e proteção de dados pessoais .....	194
2.3.6	RE nº 973.837/MG e ADI nº 6.620/MT: perfil genético de condenados e cadastro de pessoas com condenação definitiva por crimes contra a dignidade sexual .....	197
2.3.7	RE nº 1.010.606/RJ: direito ao esquecimento.....	200
2.3.8	ADI nº 6.529: Compartilhamento de dados no Sistema Brasileiro de Inteligência.....	203
2.3.9	ADI nº 6.649 e ADPF nº 695: Cadastro Base Cidadão.....	205
2.3.10	ADO nº 84: omissão legislativa sobre o uso de programas espíões pelo Estado.....	208

### 3

<b>CLÁUSULAS DE RESERVA DE JURISDIÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....</b>	<b>211</b>	
3.1	Conceito de Reserva de Jurisdição .....	211
3.2	Debates na Constituinte: Síntese .....	216
3.3	Dados Pessoais e Dados Não Pessoais: a “Quebra” de Sigilo de Dados de Empresas Públicas e de Entes do Estado .....	224
3.4	Tratamento de Dados e Reserva de Jurisdição .....	227
3.4.1	A Emenda Constitucional nº 115/2022 e reserva jurisdicional .....	227
3.4.2	Casos que exigem prévia autorização judicial.....	229
3.4.3	Casos que não exigem prévia autorização judicial.....	241
3.5	Pontos Controversos quanto à extensão da reserva jurisdicional.....	244
3.5.1	Reserva jurisdicional “de acordo com a gravidade do crime” .....	244
3.5.2	Autorização judicial para preservação dos dados, sem acesso aos dados .....	251
3.5.3	Comunicação: dados apreendidos e dados interceptados; dados de conexão e dados de aplicação de internet.....	260
3.5.4	Compartilhamento de bancos de dados entre entes públicos.....	269
3.5.5	Compartilhamento de bancos de dados de entes privados a entes públicos ...	287

4

<b>“STANDARDS” PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>293</b>
4.1 Tratamento de Dados Pessoais, Prova e Processo Penal.....	294
4.1.1 Provas digitais.....	296
4.1.2 Tratamento de dados e <i>nemo tenetur se detegere</i> .....	300
4.1.3 Autodeterminação informativa e sigilo.....	304
4.1.4 Algoritmos e processo penal.....	309
4.2 <i>Standards</i> probatórios vs <i>standards</i> de validade para o tratamento de dados no processo penal.....	313
4.3 <i>Standards</i> para o tratamento de dados pessoais no processo penal.....	316
4.3.1 Princípios gerais da proteção de dados pessoais e o tratamento de dados pessoais no processo penal.....	317
4.3.2 Reserva jurisdicional.....	325
4.3.3 Procedimento legal para o tratamento de dados pessoais.....	325
4.3.4 Cadeia de custódia.....	328
4.4 Controle de constitucionalidade e de legalidade do tratamento de dados no processo penal pelo Poder Judiciário.....	336
4.4.1 Controle judicial prévio.....	337
4.4.2 Controle judicial posterior.....	339
4.4.3 Tratamento de dados pessoais e o juiz das garantias.....	341
4.5 Perspectivas para o Tratamento de Dados Pessoais na Persecução Penal.....	346
4.5.1 Cooperação internacional.....	347
4.5.2 O “anteprojeto Nefi” para uma LGPD Penal.....	352
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>365</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>373</b>